



## **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E ÊXODO RURAL: UMA REALIDADE NAS PEQUENAS PROPRIEDADES DO OESTE CATARINENSE**

**Marilize Radin Frattini**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)  
radin.frattini@gmail.com

**Dr. José Carlos Radin**

Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) radin@uffs.edu.br

### **1. Introdução**

As inovações tecnológicas implementadas na agricultura brasileira no período posterior à Segunda Guerra Mundial se constituíram em elementos de significativas modificações nas formas de produção, alterando profundamente as dinâmicas econômicas e sociais em diversas regiões brasileiras. No Oeste catarinense, a produção agrícola familiar em pequenas propriedades é apontada como o motor do desenvolvimento econômico e o elemento-chave para a inserção da região numa economia de mercado.

Contudo, nesse contexto de transformações, a modernização agrícola redefiniu o sistema de produção e o status das pequenas propriedades. Embora tenha trazido avanços em termos de produção e produtividade, famílias assentadas em pequenas propriedades, com pouca capacidade de investimentos, viram suas necessidades alteradas e a continuidade nas atividades ameaçadas. Esse fator, atrelado à industrialização e à urbanização, nas quais predominam relações de trabalho assalariado, intensificou o êxodo rural, gerando desafios para a manutenção das estruturas familiares da pequena agricultura.

Nessa conjuntura, o artigo objetiva compreender os efeitos dessas mudanças no interior das estruturas sociais e o consequente êxodo rural nas pequenas propriedades do Oeste catarinense. Ainda, analisa como e quais fatores foram decisivos para o abandono das propriedades e da condição de colono, nas décadas de 1960 a 1990. Torna-se relevante ao descortinar que o processo de reprodução das pequenas propriedades sofreu impactos, ameaçando a manutenção desse sistema historicamente constituído.



## 2. Metodologia

A pesquisa, ainda em sua fase incipiente, foi estruturada a partir da análise bibliográfica e em fontes documentais do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, nos recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na imprensa. Busca-se identificar, através da imprensa, como os diferentes setores compreenderam as transformações no contexto da modernização da agricultura, e, com os dados do IBGE, validar a hipótese de que as inovações das práticas agrícolas impactaram as pequenas propriedades familiares ocasionando a saída de percentuais populacionais significativos. Busca-se, no período em questão, observar dados e fontes para colocar em evidência a crise que perpassa a agricultura em pequenas propriedades no Oeste de Santa Catarina.

## 3. Resultados e discussão

O processo de modernização da agricultura brasileira foi profundamente marcado pela Revolução Verde. Após a Segunda Guerra Mundial, o país assistiu a uma intensa incorporação de pacotes tecnológicos que incluíam sementes melhoradas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e maquinário pesado. Essa estratégia esteve inscrita em uma política de desenvolvimento que visava o aumento da produtividade e a expansão da fronteira agrícola (Klein; Luna, 2020).

O acesso ampliado ao crédito, a adoção de maquinário e as tecnologias agrícolas redefiniram o cenário rural brasileiro e transformaram o país em um pilar estratégico no contexto mundial e em um motor essencial da econômica nacional. As políticas pensadas pelo aparato estatal constituíam, nessa perspectiva, uma ideia de modernidade, que definia posições sociais e identidades em um contexto homogeneizador. Nesse sentido,

possuir tratores e implementos agrícolas de última geração, assim como cultivar imensas áreas com grãos, fazer a colheita com o maquinário sofisticado e transportar a produção além das fronteiras locais são características de um modelo de agricultura dependente de tecnologias e símbolos de modernidade (Pacífico, 2009, p. 34).

Para a autora, a agricultura, fomentada por pacotes tecnológicos e representações acerca do modelo de agricultor, desmerece ou deslegitima os demais modos de vida baseados na mão de obra familiar. Na mesma perspectiva, Santos (2008) acrescenta que



a modernização da agricultura foi um processo contraditório, seletivo e não garantiu a melhoria na qualidade de vida da população e nem mesmo dos agricultores, em especial os familiares. O aumento da produtividade, identificada, não representava a superação da pobreza, nem no campo e nem nas cidades.

No Oeste de Santa Catarina, assim como, de maneira geral, ocorreu nas demais regiões do estado, o programa de Extensão Rural do governo foi responsável pela expansão do pacote tecnológico. Mediante a aplicação de projetos e metodologias específicas junto aos produtores rurais, impulsionou a modernização da agricultura e transformou a base produtiva regional. Segundo Silva (2012), a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) atuou diretamente no campo, levando o conhecimento técnico e as novas práticas, essenciais para a superação da produção de subsistência para uma agricultura mais produtiva e comercial.

O jornal O Estado (1976, p. 26) destacava, em sua coluna semanal sobre agricultura, que o Crédito Rural se apresentava como um dos instrumentos mais eficientes na modernização da agricultura. Conjugado com a assistência técnica oferecida pela ACARESC, essa modalidade de crédito oferecia possibilidade de uma maior produtividade e rentabilidade com a difusão e incorporação de tecnologias e conhecimento.

No ano seguinte, o mesmo jornal divulgava que Santa Catarina já se apresentava como

[...] o maior produtor nacional de maçãs, o segundo em frangos de corte, temos a maior produtividade média na cultura do milho e contribuimos com mais de 60% do potencial genético em raças suínas, especializadas para produção de carne. Uma conquista feita na base de muito trabalho e do emprego da moderna tecnologia de produção, tendo como artífice o agricultor catarinense (O Estado, 1977, p. 14).

Para Silva (2012), no entanto, o sistema de Crédito Rural e os investimentos em tecnologia estimularam a modernização, mas foram considerados os elementos centrais para explicar as desigualdades desse processo na região. Mesmo que, na década de 1960, a região Oeste fosse considerada o “celeiro catarinense”, algumas contradições na implantação das propostas de modernização já delineavam as problemáticas que envolviam as pequenas propriedades.

No discurso proferido na Câmara Federal, o deputado Genésio Lins destacava



os “sérios problemas identificados em Santa Catarina em decorrência da disparidade do progresso” (Correio do Norte, 1970, p.1).

Ocorre hoje em meu Estado o êxodo rural. Populações inteiras se deslocam para o Sudoeste do Paraná ou para as cidades. Uma circunstância há de ser analisada [...]. Santa Catarina tem o regime da pequena propriedade, que não se adapta, no momento atual, a nossa economia [...]. O colono, para adquirir uma máquina, precisa fazer através de cooperativa. Assim acontece o êxodo. [...] também se percebe que à proporção que a população aumenta, mais se verifica a falta de terras para trabalhar [...] (Correio do Norte, 1970, p. 1)

As constatações evidenciam que a modernização da agricultura, através de seus impactos socioeconômicos, implicou, de um lado, em um crescente processo de mercantilização da produção da agropecuária, mas por outro lado, houve a exclusão de inúmeras famílias de algumas cadeias produtivas, intensificando as migrações rurais/urbanas (Plein, 2003). Essa contradição já era identificada no final da década de 1960, quando o Oeste era compreendido como o “celeiro catarinense”. Em entrevista ao jornal A Nação, o engenheiro agrônomo Glauco Olinger apontava os fatores para o abandono da propriedade e da condição de colono.

O êxodo tem se intensificado nos últimos anos. O fato é decorrente da excessiva divisão da propriedade rural e o empobrecimento do solo, acelerado pela topografia acidentada que caracteriza a maioria das áreas de pequena propriedade. [...] enquanto a luz, a energia, o asfalto, os centros de recreação, o conforto, enfim, for privilégio do meio urbano, as cidades continuarão a atrair populações rurais (A Nação, 1968, p. 11).

As informações apresentadas alinham-se aos dados do(a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Incra/FAO, 1996), que indicam que a modernização do campo transformou o funcionamento das unidades familiares de produção e sua relação com a economia e a sociedade. Esse cenário de intensas mudanças resultou em um significativo êxodo rural, especialmente nas propriedades que não conseguiram acessar os pacotes tecnológicos. Entre 1980 e 1996, a região Oeste de Santa Catarina perdeu 119.404 pessoas do meio rural, o que representa 20,2% de sua população rural (IBGE, 1983; 1996).

Quando se observa a taxa de crescimento vegetativo para a região Oeste, esse ritmo de despovoamento rural é ainda mais alarmante. Segundo dados apresentados pelo





Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri (CEPA-SC) (Silva *et al.*, 2003), estima-se que, a cada dez habitantes rurais da região, em 1980, pelo menos três abandonaram o campo na década seguinte. Essa tendência, evidenciada com maior intensidade a partir da modernização agrícola, é agravada pela polarização demográfica inter-regional e pela migração para outras áreas do estado e do país, apontando para um cenário preocupante na atualidade.

#### 4. Considerações finais

Este estudo acena para a complexidade do processo de modernização agrícola e seus impactos socioeconômicos no Oeste catarinense, especialmente no que tange ao êxodo rural e às desigualdades geradas. As informações compiladas identificam que a condição é resultado da adaptação/exclusão ao processo proveniente da modernização agrícola.

A nova dinâmica constituída, em muitas situações, não é capaz de garantir a ocupação e o rendimento para todos os membros da família na propriedade, levando a um processo contínuo de deslocamentos populacionais das áreas rurais em direção aos centros urbanos e/ou a outras unidades da federação. Dessa forma, para ampliar o conhecimento sobre a manutenção e a reprodução da pequena propriedade familiar no Oeste catarinense, as tendências observadas devem ser aprofundadas.

#### Referências/Fontes

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Alimentando o mundo**: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020.

PACÍFICO, Daniela. História modernização da Agricultura: um conto de muitas facetas. In: DAL SOGLIO, Fábio; RUMI, Regina Cubo (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PLEIN, Clério. **A Formação Da Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina**: O Caso Das Colônias Porto Feliz e Porto Novo. Revista Faz Ciência: pp. 79-102, UNIOESTE, 2005.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em:



<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/7c0e5523-34b0-4689-bff8-8f2dc795bb24>. Acesso em 26/06/2025.

SILVA, César Augusto Freyesleben et al. Migração rural e estrutura agrária no Oeste Catarinense. 2. ed. Florianópolis: Instituto Ceba-SC, 2003.

SILVA, Claiton Márcio. Juventude Rural E modernização da agricultura: tensões entre extensão Rural movimentos sociais na região Oeste de santa Catarina ( 1970 -1985). In: ZARTH, Paulo (org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida: Chapecó: UFFS, 2012.

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UTF/BRA/036. Publicado em agosto 1996. Brasília.

IBGE. Censo Agropecuário. **Santa Catarina**. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e estatística – IBGE. Rio de Janeiro: 1983.

IBGE. Censo Agropecuário. **Santa Catarina**. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e estatística – IBGE. Rio de Janeiro: 1996.

Medidas prioritárias para acelerar o progresso do Estado Barriga Verde. **A Nação**. Blumenau: 4 de junho de 1968, ano XXV, nº 494.

Agricultura. **O Estado**. Florianópolis: 4 de julho de 1976, ano 62, nº 18425.

Os polos agrícolas. **O Estado**. Florianópolis: 19 de junho de 1977, ano 63, nº 18733.

O deputado Haroldo Carvalho defende na Câmara Federal interesses do Mate Catarinense. **Correio do Norte**. Canoinhas: 11 de julho de 1970, ano XXIV, nº 1084.